

Morte de reitor da UFSC mostra face da cruzada “contra a corrupção”

Um ponto de virada na percepção pública da operação mãos limpas, tida como inspiração da "lava jato", foi quando empresários italianos acusados de corrupção passaram a cometer suicídio. Do outro lado do Atlântico, no hemisfério oposto, mais de 20 anos depois, o Brasil vive o auge de sua cruzada particular "contra a corrupção". A tragédia de um acusado tirar a própria vida ainda não tinha acontecido — [até esta segunda-feira \(2/10\)](#).

Luiz Carlos Cancellier de Olivo, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, foi ao vão central do Shopping Beiramar em Florianópolis e se atirou. Ele era acusado de atrapalhar as investigações da Corregedoria da UFSC sobre suposto desvio de R\$ 80 milhões que seriam usados em cursos de Educação a Distância (EaD) da universidade. Por causa das suspeitas, ele e outras seis pessoas foram presas no dia 14 de setembro. Sua prisão foi decretada pela juíza Janaina Cassol Machado, da 1ª Vara Criminal da Justiça Federal em Florianópolis.

UFSC



“Minha morte foi decretada no dia da minha prisão”, teria escrito reitor, antes de se matar.
UFSC

Citando fonte da Polícia Civil, o jornal *Diário Catarinense* diz que Olivo deixou um bilhete: “Minha morte foi decretada no dia da minha prisão”.

Ao se manifestar sobre o caso, a seccional de Santa Catarina da Ordem dos Advogados do Brasil afirmou ser “chegada a hora da sociedade brasileira e da comunidade jurídica debaterem seriamente a forma espetacular e midiática como são realizadas as prisões provisórias no Brasil, antes sequer da ouvida dos envolvidos, que dirá sua defesa”.

A entidade alertou para o perigo de reputações serem destruídas com uma única manchete de jornal.

Um bom negócio midiático

O problema é enfatizado pelo jornalista Mário Rosa, em entrevista à **ConJur**. Consultor de crises de



políticos e empresários, Rosa acordou numa manhã de junho de 2016 com a Polícia Federal batendo em sua casa.

Era uma busca e apreensão da operação acrônimo, que investiga suposto esquema de corrupção envolvendo o ex-ministro e governador de Minas, Fernando Pimentel (PT). A consultoria de Rosa contratara a assessoria de imprensa de Carolina Oliveira, mulher de Pimentel. A PF encontrou notas de pagamento de uma empresa a outra e queria checar as conexões. Para isso, colocou o jornalista no centro da operação, com toda a pompa reservada ao que a corporação define que será um "escândalo".

A PF ainda estendeu suas buscas para mais de dez empresas com as quais Rosa tinha negócios. “Meu casamento acabou e perdi muitos dos meus contratos, tudo sem sequer ter sido julgado”, afirmou.

Rosa tem uma teoria: a destruição de reputações por meio de acusações de corrupção se tornou um bom negócio. Por um lado, Polícia Federal e Ministério Público aparecem como paladinos da Justiça e ganham capital social. Por outro, a imprensa recebe, de forma gratuita, sem qualquer investimento em reportagens e investigações, informações cuja divulgação é do interesse dos acusadores. Isso aumenta a audiência, pois o público sempre se interessou por enforcamentos em praça pública.

Assim, mesmo que não sejam importantes para o país, os escândalos fabricados geram interesse público e engordam as receitas de publicidade.

Com essa supervalorização das acusações, qualquer crítica a operações e excessos soa como conivência e estímulo à corrupção.

Onda moralista

O rolo compressor da imprensa é, inclusive, tema de [artigo](#) publicado pelo diretor da **ConJur** Márcio Chaer nesta segunda-feira. “Na ausência de outros elementos, a suspeita sobre o alvo é inaugurada com uma notícia da cisma. A suposição se torna convicção quando o inquérito é aberto ou a denúncia é apresentada. O rolo compressor chega ao juiz com força irresistível. O resultado já se sabe qual será”, escreveu.

Chaer alerta que onda moralista avança e em outras épocas e outros lugares teve outros nomes: macarthismo, inquisição, dulcinismo ou fascismo. A nova estrela de David costurada na roupa é ser taxado como inimigo da operação “lava jato”. Para isso, basta qualquer crítica à condução das investigações.

O desfecho é pouco animador:

Ao descrever a chama de um fósforo como se fora a floresta amazônica incendiada, a imprensa leva um general desinformado e voluntarista a dizer que os militares podem tomar o poder para conter tanta corrupção. Se um general de Exército não compreende a ilusão de ótica produzida pelo populismo de jornalistas que fraudam notícias, quem compreenderá?

Date Created

02/10/2017